

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 51** Se, em dado exercício, o projeto de lei orçamentaria anual encaminhado ao Congresso Nacional contiver dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares, tal dispositivo violará o princípio constitucional da exclusividade.
- 52** Orçamento público é um conceito em evolução, tendo passado de ferramenta de controle político sobre o Poder Executivo para instrumento de administração pública.
- 53** A técnica de orçamento de desempenho modificou-se de uma visão por produto para uma visão por resultados, por entender que o sucesso da gestão pública se mede, principalmente, pelo impacto gerado nas esferas econômica e social.

Julgue os seguintes itens, pertinentes ao orçamento público no Brasil.

- 54** Aprovado sempre no segundo ano de cada mandato presidencial, o plano plurianual tem vigência por quatro anos.
- 55** Por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei orçamentária anual deve publicar a avaliação financeira e atuarial do regime geral de previdência social e do regime próprio dos servidores civis e militares.
- 56** Expressar metas e prioridades da administração pública federal é um dos objetivos da lei de diretrizes orçamentárias.

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

- 57** Por ser elemento constituinte do Plano de Contas Único dos entes da Federação, a classificação das receitas orçamentárias veda adaptações e modificações para atender necessidades específicas dos entes.
- 58** A classificação da receita pública por fonte/destinação de recursos tem como objetivo garantir que determinadas receitas sejam direcionadas às atividades para as quais haviam sido previstas, nos termos da lei.
- 59** Ao conjunto de compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contratados em função de desequilíbrios orçamentários de obras e serviços públicos, dá-se o nome de dívida flutuante.
- 60** O estágio de liquidação da despesa corresponde ao momento de satisfazer financeiramente a obrigação assumida pelo ente público.

Considere que uma amostra aleatória simples de tamanho $n = 400$ tenha sido retirada de uma população normal com média μ e variância σ^2 . Sabendo que a média amostral é igual a 20, que a variância amostral é igual a 4 e que $P(|Z| > 2) = 0,05$, em que Z denota a variável aleatória normal padrão, julgue os próximos itens.

- 61** Se a hipótese nula $H_0: \mu = 19,5$ for testada contra a hipótese alternativa $H_1: \mu \neq 19,5$ com nível de significância $\alpha = 5\%$, então a regra de decisão desse teste indicará que a hipótese H_0 deve ser rejeitada.
- 62** $[20 - 2; 20 + 2]$ é um intervalo de 95% de confiança para a média populacional em questão.
- 63** O desvio padrão amostral é igual a 2, no entanto esse resultado representa uma estimativa viciada do desvio padrão populacional σ .

Admitindo que X e Y são duas variáveis aleatórias normais padrão independentes, julgue os próximos itens.

- 64** A média do produto XY é igual a zero.
- 65** A variância da razão X/Y é igual a 1.
- 66** O desvio padrão da soma $X + Y$ é igual a 2.

Julgue os itens a seguir, a respeito do campo de aplicação e do regime da contabilidade aplicada ao setor público.

- 67** Caso seja determinado o fato gerador de um crédito a receber, independentemente da execução orçamentária, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa.
- 68** Em atendimento ao regime da execução orçamentária, pertence ao exercício financeiro a despesa nele legalmente liquidada.

Com relação ao pagamento dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsequentes.

- 69** Como o reconhecimento de uma obrigação de despesas com exercícios anteriores ocorre em exercício financeiro diferente do seu fato gerador, não é necessário que tais despesas sejam empenhadas no ano do seu pagamento.
- 70** Para serem pagas em exercícios seguintes, as despesas inscritas em restos a pagar, processadas ou não, devem ser liquidadas.

Julgue os itens subsecutivos, referentes à estrutura e ao fechamento dos demonstrativos e balanços públicos.

- 71** Qualquer dos três Poderes da Federação (Executivo, Legislativo ou Judiciário) que descumprir o prazo de publicação do relatório de gestão fiscal ficará impedido de receber transferências voluntárias até que a situação seja regularizada.
- 72** Alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, devem ser demonstradas no balanço financeiro.
- 73** Na elaboração do balanço orçamentário, os restos a pagar do exercício devem ser computados na receita extraorçamentária, para se compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- 74** O relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Julgue os próximos itens, quanto à elaboração da lei orçamentária anual.

- 75** Na elaboração da lei do orçamento, o exercício financeiro compreenderá o período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.
- 76** As receitas e despesas que constarem da lei de orçamento devem vir acompanhadas das respectivas deduções.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos atos administrativos.

- 77** As manifestações de vontade do Conselho da República representam exemplo de ato administrativo composto, haja vista a composição colegiada desse órgão.
- 78** Em regra, a competência administrativa pode ser transferida e prorrogada pela vontade dos interessados.
- 79** Segundo a doutrina clássica, a revogação de ato administrativo está amparada no poder discricionário da administração pública, conforme juízo interno de conveniência e oportunidade a respeito do ato em análise.
- 80** A presunção de legitimidade do ato administrativo é atributo condicionado a previsão expressa em lei e resulta em autoexecutoriedade e inversão probatória.

A respeito dos poderes administrativos e de disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 81** No exercício do poder de polícia, a administração pública pode editar atos de caráter normativo com conteúdo genérico e abstrato, tal como resolução que discipline o exercício de determinada profissão.
- 82** Conforme a jurisprudência do STF, o servidor público condenado por ato de improbidade administrativa é permanentemente impossibilitado de retornar ao serviço público.
- 83** Ao servidor que imponha resistência injustificada à execução de determinado serviço e que anteriormente tenha sido punido pela mesma conduta é aplicável a penalidade de suspensão, em decorrência legítima do poder disciplinar da administração pública.

Considerando o controle da administração pública e a responsabilidade civil do Estado nos termos da jurisprudência do STF e da Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 84** Segundo a jurisprudência do STF, no caso de profissional da imprensa ter sido ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística em manifestações em que tenham ocorrido conflitos entre policiais e manifestantes, é objetiva a responsabilidade civil do Estado, conforme a teoria do risco administrativo, admitindo-se, contudo, a excludente de responsabilidade relativa à culpa exclusiva da vítima, se ficar provado que ela descumpriu advertência clara e ostensiva de não acessar áreas delimitadas.
- 85** Considere que a secretaria executiva de determinado ministério tenha emitido portaria que veiculava a anulação de conduta administrativa realizada por subsecretaria integrante da mesma pasta ministerial, por tal conduta administrativa ser destoante de súmula vinculante. Nesse caso, trata-se de hipótese de controle interno de legalidade por subordinação.
- 86** A dicotomia atos de império *versus* atos de gestão, no âmbito da administração pública, deve ser o ponto de partida para se aferir a existência de responsabilidade do Estado por danos ocasionados a administrados.

A respeito dos princípios fundamentais, dos direitos e das garantias fundamentais, da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 87** Como a República Federativa do Brasil é um Estado democrático, o poder político é legitimado, em regra, pelas escolhas tomadas diretamente pelo povo.
- 88** É lícito aos brasileiros reunirem-se de forma pacífica nos locais abertos ao público, independentemente de autorização prévia, desde que não frustrem outra reunião já programada no local.
- 89** Tem direito a uma renda básica familiar, a ser garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, o brasileiro em situação de vulnerabilidade social que preencha os requisitos legais para tanto.
- 90** Para a fixação dos padrões de vencimento, podem-se considerar os requisitos para a investidura no cargo, de acordo com a Constituição Federal de 1988.
- 91** A competência para legislar sobre telecomunicações é concorrente entre a União e os estados.

A respeito dos três Poderes, das funções essenciais à justiça e da comunicação social, julgue os itens que se seguem.

- 92** Somente será permitida a censura de natureza ideológica quando comprovadamente se contrariarem os bons costumes.
- 93** É do Senado Federal a competência para julgamento do advogado-geral da União por eventual prática de crime de responsabilidade.
- 94** Caso a Câmara dos Deputados admita acusação contra o presidente da República por crime de homicídio simples, o julgamento será realizado perante o Senado Federal.
- 95** Se o Tribunal Regional Federal da 1.^a Região declarar a inconstitucionalidade de lei federal, caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- 96** O Ministério Público tem legitimidade privativa para propor ação civil pública com vistas à proteção do patrimônio público.

Acerca de aspectos da arquivologia, julgue os itens que se seguem.

- 97** O princípio do respeito aos fundos determina a organização dos arquivos.
- 98** Os conjuntos documentais produzidos e recebidos por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos são considerados arquivos privados.
- 99** A Norma Brasileira de Descrição Arquivística, voltada preferencialmente para os arquivos permanentes, tem como objetivo permitir o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.
- 100** A gestão de documentos ocupa-se prioritariamente dos arquivos permanentes, desenvolvendo instrumentos de difusão para o público externo.
- 101** Na fase do diagnóstico da situação arquivística, coletam-se as informações necessárias para a elaboração da tabela de temporalidade de documentos de arquivo.
- 102** Os metadados são elementos relativos aos sistemas que controlam os documentos de arquivo.
- 103** Documentos particulares que chegam ao protocolo devem ser registrados, manualmente ou em sistemas informatizados, e tramitados ao destinatário.
- 104** A classificação dos documentos de arquivo deve ser feita com base nas funções e atividades que os geraram.
- 105** O ofício é um exemplo de tipo documental.
- 106** O sistema informatizado de gestão arquivística de documentos prescinde do plano de classificação de documentos de arquivo.

Julgue os próximos itens, com relação a áreas da comunicação social e suas ações.

- 107** Espera-se que o *ombudsman*, além de ouvir e representar o cliente dentro da empresa, planeje, repense e forneça ideias estruturadas para a melhoria do atendimento aos clientes.
- 108** A televisão, o rádio e o telefone são veículos que proporcionam o estreitamento das relações de forma oralizada, por isso são exemplos de veículos de comunicação dirigida oral.
- 109** O *clipping* é o texto informativo encaminhado à imprensa para que seja divulgado gratuitamente entre as notícias publicadas pelo veículo.
- 110** Na comunicação pública, os instrumentos de comunicação de massa são aqueles que disseminam a informação para o máximo possível de pessoas, que atuam no processo como espectadores heterogêneos.
- 111** Reputação é o valor decorrente da presença de um indivíduo ou uma instituição nas redes sociais, sendo proporcional à quantidade de laços estabelecidos dentro dessas redes.

Acerca das relações públicas e suas atividades, bem como da comunicação social nas instituições e de suas ferramentas, julgue os itens a seguir.

- 112 Os colaboradores de uma instituição, conhecidos também como público interno, podem ser contemplados nos programas e projetos de comunicação de uma instituição, por serem um de seus *stakeholders*.
- 113 Também conhecido como jornal ou revista de empresa, o *house organ* é um importante instrumento de comunicação interna que transmite informações institucionais para o público interno.
- 114 Nas relações públicas, o planejamento tático é o mais pontual e específico, na medida em que atua em uma dimensão mais restrita que os demais níveis de planejamento e em curto prazo.
- 115 A pesquisa institucional é comumente aplicada para todo o público interno, com objetivo de averiguar, entre vários pontos, sua percepção sobre as políticas praticadas pela empresa.
- 116 O conceito de sustentabilidade e responsabilidade social nas empresas recentemente ganhou uma nova denominação impulsionada pelo mercado financeiro, passando a ser referenciado pelo acrônimo ESG (do inglês, *environmental, social, governance*).
- 117 Os canais de comunicação unilateral têm o objetivo de criar e manter um clima coletivo favorável, mostrando aos colaboradores a política empresarial e assegurando um fluxo comunicativo satisfatório entre eles e a direção, tal qual fazem as publicações internas.
- 118 Em um evento local em que será executado o hino de outro país, por questão de cortesia, ele deve ser executado primeiramente, antes do Hino Nacional.
- 119 O resultado do balanço das percepções positivas e negativas que uma organização passa para seus públicos recebe o nome de imagem institucional.
- 120 Convenção é o tipo de evento profissional que reúne grupos de pessoas de níveis semelhantes de conhecimento com o propósito de discutir aspectos técnicos de um mesmo tema; assim, por conta do seu caráter técnico, tem um número limitado de participantes.

Espaço livre
